

**BENEVIDES ÁGUAS S.A. - CNPJ: 15.887.193/0001-11**

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
(Valores expressos em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	61.868	3.877
Contas a receber de clientes	4	40.331	17.226
Estoques	5	15.523	11.729
Impostos a recuperar	6	2.721	4.104
Partes relacionadas		1.496	450
Outros ativos		2.000	1.050
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>123.939</b>	<b>38.436</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais		1.501	565
Impostos a recuperar	6	3.125	3.018
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	166	5.870
Outros ativos		73	114
Investimentos		2	2
Imobilizado	8	48.529	23.518
Direito de uso	9	13.609	12.600
Intangível		2	2
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>67.007</b>	<b>45.689</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>190.946</b>	<b>84.125</b>

Passivo e patrimônio líquido			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	10	92.122	30.160
Fornecedores - risco sacado	11	3.596	-
Empréstimos e financiamentos	12	-	2.677
Passivo de arrendamento	9	3.083	1.143
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		4.437	2.699
Obrigações tributárias	6	5.984	2.260
Partes relacionadas		427	6.500
Dividendos a pagar		10.998	-
Outros passivos		192	654
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>120.839</b>	<b>46.093</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	-	4.478
Passivo de arrendamento	9	11.513	11.590
Provisão para contingências		1.802	480
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>13.315</b>	<b>16.548</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	13		
Capital social		27.346	27.346
Ajustes de avaliação patrimonial		(409)	(409)
Reservas de lucros		29.855	(5.453)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>56.792</b>	<b>21.484</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>190.946</b>	<b>84.125</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
(Valores expressos em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receita operacional líquida</b>			
Custo dos produtos vendidos		(320.360)	(67.804)
<b>Lucro bruto</b>		<b>121.372</b>	<b>13.146</b>
<b>Despesas e receitas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas		(6.982)	(5.047)
Despesas com vendas		(41.508)	(4.702)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(42.746)	(11.071)
<b>Lucro operacional antes do resultado de equivalências patrimonial e resultado financeiro</b>		<b>78.626</b>	<b>2.075</b>
Resultado de equivalência patrimonial		-	-
Lucro antes do resultado financeiro e impostos de renda e contribuição social		78.626	2.075
Despesas financeiras		(14.919)	(3.692)
Receitas financeiras		6.639	677
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(8.280)</b>	<b>(3.015)</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		70.346	(940)
Imposto de renda e contribuição social		(18.336)	(1.217)
Corrente		(5.704)	6.120
Diferido	7	(24.040)	4.903
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>46.306</b>	<b>3.963</b>
Quantidade de ações no final do exercício		24	24
Lucro líquido (prejuízo) por ações - em reais		1.929.417	165.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)			
	31/12/2023	31/12/2022	
Lucro líquido do exercício	46.306	3.963	
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes	-	409	
Outros resultados abrangentes	-	409	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>46.306</b>	<b>4.372</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)							
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dez. de 2021	27.346	-	-	-	(9.416)	-	(17.930)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.963	3.963
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(409)	-	-	(409)
Absorção de prejuízo com lucro do exercício	-	-	-	-	3.963	(3.963)	-
Saldos em 31 de dez. de 2022	27.346	-	-	(409)	(5.453)	-	21.484
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	46.306	46.306
Destinação:							
Absorção de prejuízo	-	1.005	-	(1.005)	-	-	-
Constituições de reservas legal	-	2.315	-	-	-	(2.315)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(10.998)	(10.998)
Retenção de lucros	-	-	26.535	-	-	26.535	26.535
Saldos em 31 de dez. de 2023	27.346	3.320	26.535	(409)	-	46.306	56.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional**  
A Benevides Águas S.A. ("Companhia"), constituída como sociedade por ações de capital fechado, tem sua sede localizada na Estrada do Bituba, s/n, Sítio Santo Antônio, cidade de Santa Isabel do Pará, no estado do Pará. A Companhia é controlada pela 4H Participações S.A. A Companhia tem como principal objeto social o engarrafamento, a comercialização e a distribuição da água mineral "Belágua" e "Crystal" na região norte do país. Seus produtos são comercializados nos estados do Amapá, Roraima, Pará e Maranhão. Adicionalmente, também opera a comercialização de bebidas em geral, notadamente de refrigerantes e produtos conexas, cervejas e destilados no estado de Roraima.

**2. Principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP/07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 03 de setembro de 2024. **2.1. Conversão de moeda estrangeira** - As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Transações e saldos**. As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando ocorridas. **2.2. Receita de contrato com cliente** - A NBC T/3-47 "Receita de Contrato com Cliente", equivalente ao IFRS 15, estabelece um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: (i) a identificação do contrato com o cliente; (ii) a identificação das obrigações de desempenho; (iii) a determinação do preço da transação; (iv) a alocação do preço da transação; e (v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia recebe pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os tributos, abatimentos, descontos e devoluções. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Venda de produtos e mercadorias**. A receita de venda de produtos é reconhecida quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física dos produtos vendidos e o cliente obtiver o controle desses bens, o que, geralmente ocorre no momento da entrega dos produtos. A Companhia considera se há outras promessas no contrato com cliente que são obrigações de desempenho distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisaria ser alocada (exemplos dessas obrigações de desempenho distintas seriam garantias, pontos de fidelização do cliente, entre outras, as quais não se aplicam ao modelo de negócios da Companhia). Ao determinar o preço de transação para a venda de produtos a Companhia considera, quando aplicável, os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente. **Contraprestação variável**. **Acrescimos e penalidades por atraso**. A Companhia cobra de seus clientes acrescimos e penalidades por atrasos na liquidação do valor a receber sobre as vendas. Devido ao grau de incerteza no recebimento desses montantes (contraprestação variável), a Companhia reconhece as receitas por acrescimos e penalidades por atraso apenas no momento do recebimento efetivo de tais valores. **Descontos por volume e pontualidade no pagamento**. A Companhia oferece descontos por pontualidade no pagamento e por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o exercício excede um limite especificado em contrato. Os descontos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia aplica o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume e para os contratos que preveem descontos por pontualidade no pagamento. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece uma provisão redutora no conta a receber de clientes para os descontos futuros esperados. **Receita de juros**. Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou um exercício mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.3. Impostos - Imposto de renda e contribuição social - correntes**. Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto diferido da se refere a diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para pagar as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária. **Impostos sobre vendas**. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto - quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. - Contas a receber de clientes e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa** - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.5. Distribuição de dividendos** - A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de matérias primas e outros materiais para produção é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoques". Sua reversão é registrada no custo dos produtos vendidos de acordo com a venda dos estoques e despesas financeiras com fruição dos prazos de pagamento a fornecedores. O ajuste a valor presente das operações de venda de produtos tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes". Sua realização é registrada na rubrica "receitas financeiras", pela fruição de prazo dos recebíveis. **2.7. Imobilizado** - O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo imobilizado, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão demonstradas na Nota 8. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.8. Custos de empréstimos** - Os custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures. **2.9. Ativos intangíveis** - Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O exercício e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)** - A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável é o máximo entre a determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conexas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com termos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Agio pago por expectativa de rentabilidade futura**. Teste de perda por redução ao valor recuperável de ação é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil, no nível da unidade geradora de caixa. **2.11. Estoques** - Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: **Matérias-primas** - custo de aquisição segundo o custo médio. **Produtos acabados e em elaboração** - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as

despesas estimadas de vendas. **2.12. Provisões** - Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para contingências**. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. **Programa de participação nos resultados**. A Companhia possui programa de participação nos resultados baseado em metas de curto e longo prazo. **2.13. Arrendamentos** - A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se transmite o direito de controle do uso de um ativo identificado por um exercício em troca de contraprestação. Aplica-se uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para curto prazo e de baixo valor. **Direito de uso**. A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração do passivo de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor exercício entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

**Taxas médias ponderadas de depreciação (ao ano)**

	31%	25%
Frotas	31%	25%
Imóveis	31%	25%

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 9. **Passivo de arrendamento**. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece o passivo de arrendamento mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia, bem como pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no exercício em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental de empréstimo na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.14. Novas normas, alterações e interpretações** - A partir de 1º de janeiro de 2023, estão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia: **IFRS 17 - Contratos de Seguro**. O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicam. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: - Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável) - Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8**. As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem que as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2**. As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) - Apresentação das demonstrações contábeis e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. **Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12**. As alterações ao IAS 12 - *Income Tax* (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12**. As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: - Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do Pilar Dois; e - Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que a Companhia não se trata de uma multinacional e não possui participação em controladas residentes no exterior, além disso, o Brasil ainda não incorporou em sua legislação tributária as regras do Pilar Dois.

**3. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	637	1.450
Equivalentes de caixa	61.231	2.427
	61.868	3.877

Os equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com um percentual médio de 93,5% em 31 de dezembro de 2023 (65,3% em 31 de dezembro de 2022) e possuem liquidez imediata para utilizações nas operações da Segue abaixo a composição:

	31/12/2023	31/12/2022
CDB	41.618	2.406
Debêntures emitidas	17.224	-
Fundos de liquidez intermediária	-	21
Automáticas	2.389	-
	61.231	2.427

**4. Contas a receber de clientes**

Em 31 de dezembro de 202

	Frotas	Imóveis	Total
Taxa incremental de empréstimo (média ponderada)	12,74%	12,87%	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>28</b>
<b>Circulante</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>28</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Aquisições	-	12.907	12.907
Juros apropriados	1	329	330
Pagamentos de principal	(28)	(174)	(202)
Pagamento de juros	(1)	(329)	(330)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>12.733</b>	<b>12.733</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>1.143</b>	<b>1.143</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>11.590</b>	<b>11.590</b>
Aquisições	2.091	1.803	3.894
Atualizações	-	312	312
Juros apropriados	220	1.894	2.114
Pagamentos de principal	(615)	(1.728)	(2.343)
Pagamento de juros	(220)	(1.894)	(2.114)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.476</b>	<b>13.120</b>	<b>14.596</b>
<b>Circulante</b>	<b>694</b>	<b>2.389</b>	<b>3.083</b>
<b>Não circulante</b>	<b>782</b>	<b>10.731</b>	<b>11.513</b>

c) Cronograma de vencimentos do passivo de arrendamento

	Vencimentos	31/12/2023	31/12/2022
Menos de 1 ano		5.054	3.019
Entre 1 e 2 anos		4.156	3.019
Entre 2 e 5 anos		9.280	9.058
Acima de 5 anos		2.578	5.537
Valores não descontados		21.068	20.633
Ajuste a valor presente		(6.472)	(7.900)
Total do passivo de arrendamento		14.596	12.733

d) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment). A Companhia analisa periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos de direito de uso poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. Após análise interna da Administração, o ativo de direito de uso da Companhia não apresentou indicio de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia. Dessa forma, a administração não identificou a necessidade de testar esse grupo de ativos ao valor recuperável nos termos da NBC TG 01 (R4) para 31 de dezembro de 2023

10. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Partes relacionadas	59.957	12.106
Fornecedores nacionais	34.113	18.433
Ajuste a valor presente	(1.948)	(379)
	92.122	30.160

11. Fornecedores - risco sacado

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - risco sacado (a)	3.684	-
Ajuste a valor presente	(88)	-
	3.596	-

Aos Administradores e Acionistas da Benefvides Águas S.A. Fortaleza - CE. Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Benefvides Águas S.A. ("Benefvides" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações

financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

12. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxas médias ponderadas		31/12/2023	31/12/2022
	31/12/2023	31/12/2022		
<b>Circulante</b>				
Capital de Giro	-	100% do CDI + 2,74% a.a.	-	2.677
			-	2.677
<b>Não circulante</b>				
Capital de Giro	-	100% do CDI + 2,74% a.a.	-	4.478
			-	4.478
			-	7.155

Total de empréstimos e financiamentos

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	7.155	9.718
Juros apropriados	909	1.218
Amortização de principal	(7.099)	(2.900)
Juros pagos	(965)	(881)
Saldo final	-	7.155

Os empréstimos e financiamentos têm o seguinte cronograma de vencimentos:

	Apropriação	31/12/2023	31/12/2022
Menos de 1 ano		-	2.677
Entre 1 e 2 anos		-	2.620
Entre 2 e 3 anos		-	1.858
		-	7.155

Garantias - Para os contratos de Capital de Giro (KGiro Itaú), a garantia oferecida é o aval cruzado entre partes: Brasil Norte Bebidas e Compar - Companhia Paranaense de Refrigerantes. Cláusulas restritivas - A Companhia não possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é de R\$27.346 (R\$27.346 em 2022), representado por 22 ações ordinárias e nominativas e 2 ações preferências e nominativas. b) Destinação do resultado do exercício - De acordo com o Contrato Social da Companhia e, observada a sua Política de Investimento, Dividendos e Financiamento, os lucros terão a destinação determinada pelos sócios representantes da maioria do capital social e os prejuízos serão acumulados para compensação em exercícios futuros. Os sócios participarão dos lucros na proporção de suas respectivas participações no capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intercalares e, com base nos mesmos, promover a distribuição de lucros. c) Reserva dos lucros - c.1) Reserva de incentivos fiscais. A Companhia é beneficiária de diversos incentivos concedidos pela União (redução de imposto de renda/lucro da exploração) e pelos Estados onde estão localizadas suas unidades industriais (redução de ICMS). Conforme a Lei nº 11.638/2007, a partir de 1º

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

de janeiro de 2008, esses incentivos passaram a ser reconhecidos ao resultado do exercício e, posteriormente, destinados à conta específica de reserva de lucros. c.2) Legal. Em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

14. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de vendas		
Venda de produtos	217.836	41.021
Revenda de produtos	296.564	59.992
	514.400	101.013
Deduções da receita bruta		
(-) Deduções e abatimentos de vendas de produtos e revendas	(3.330)	(801)
(-) Impostos sobre o faturamento	(69.338)	(19.262)
	(72.668)	(20.063)
Receita operacional líquida	441.732	80.950

15. Outros assuntos.

Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre "coisa julgada" em matéria tributária. Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgamento caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. A Companhia avaliou os efeitos reflexos dessa decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa à Companhia para a data base de 31 de dezembro de 2023 e continua monitorando a evolução do assunto. Reforma tributária. A Câmara dos Deputados aprovou a PEC da Reforma Tributária em dois turnos. Ela visa simplificar o atual sistema brasileiro e transformar cinco impostos em apenas dois: um calculado sobre o Valor Adicionado (IVA) e outro que seria o imposto seletivo (IS). Por 375 votos a favor, 113 contra e 3 abstenções, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019 foi aprovada no segundo turno em 7 de julho de 2023, e no momento está pendente de análise e votação no Senado Federal. A PEC 45/2019 apresenta uma profunda alteração no sistema constitucional tributário e reorganiza os tributos que incidem sobre o consumo que são relacionados a bens materiais e imateriais, bem como serviços em sentido amplo. Até o momento não houve discussão sobre o texto da lei complementar que deve discorrer sobre alíquotas e regras mais específicas relacionadas ao IVA (imposto sobre valor agregado) e IS (imposto seletivo). Sendo assim, até o presente momento, as alterações não representam impactos contábeis a serem reconhecidos pela Companhia, que seguirá monitorando as discussões e impactos. Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo Tributário das Subvenções para Investimento. Em 31 de agosto de 2023, o Governo Federal publicou a Medida Provisória ("MP") nº 1.185 no Diário Oficial da União, revogando o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014 e trazendo assim novas regras envolvendo as subvenções governamentais. A MP em questão trouxe uma série de mudanças e requerimentos que precisam ser atendidos para que sejam tomados os créditos tributários relacionados as subvenções e deve produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia está avaliando os impactos tributários da MP sobre suas subvenções concedidas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

CONTADORA

ANDREZZA DOS SANTOS ROCHA - CPF: 824.243.223-68 - CRC-CE 018783/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

de janeiro de 2008, esses incentivos passaram a ser reconhecidos ao resultado do exercício e, posteriormente, destinados à conta específica de reserva de lucros. c.2) Legal. Em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

14. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de vendas		
Venda de produtos	217.836	41.021
Revenda de produtos	296.564	59.992
	514.400	101.013
Deduções da receita bruta		
(-) Deduções e abatimentos de vendas de produtos e revendas	(3.330)	(801)
(-) Impostos sobre o faturamento	(69.338)	(19.262)
	(72.668)	(20.063)
Receita operacional líquida	441.732	80.950

15. Outros assuntos.

Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre "coisa julgada" em matéria tributária. Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgamento caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. A Companhia avaliou os efeitos reflexos dessa decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa à Companhia para a data base de 31 de dezembro de 2023 e continua monitorando a evolução do assunto. Reforma tributária. A Câmara dos Deputados aprovou a PEC da Reforma Tributária em dois turnos. Ela visa simplificar o atual sistema brasileiro e transformar cinco impostos em apenas dois: um calculado sobre o Valor Adicionado (IVA) e outro que seria o imposto seletivo (IS). Por 375 votos a favor, 113 contra e 3 abstenções, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019 foi aprovada no segundo turno em 7 de julho de 2023, e no momento está pendente de análise e votação no Senado Federal. A PEC 45/2019 apresenta uma profunda alteração no sistema constitucional tributário e reorganiza os tributos que incidem sobre o consumo que são relacionados a bens materiais e imateriais, bem como serviços em sentido amplo. Até o momento não houve discussão sobre o texto da lei complementar que deve discorrer sobre alíquotas e regras mais específicas relacionadas ao IVA (imposto sobre valor agregado) e IS (imposto seletivo). Sendo assim, até o presente momento, as alterações não representam impactos contábeis a serem reconhecidos pela Companhia, que seguirá monitorando as discussões e impactos. Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo Tributário das Subvenções para Investimento. Em 31 de agosto de 2023, o Governo Federal publicou a Medida Provisória ("MP") nº 1.185 no Diário Oficial da União, revogando o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014 e trazendo assim novas regras envolvendo as subvenções governamentais. A MP em questão trouxe uma série de mudanças e requerimentos que precisam ser atendidos para que sejam tomados os créditos tributários relacionados as subvenções e deve produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia está avaliando os impactos tributários da MP sobre suas subvenções concedidas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

CONTADORA

ANDREZZA DOS SANTOS ROCHA - CPF: 824.243.223-68 - CRC-CE 018783/O-6

Aos Administradores e Acionistas da Benefvides Águas S.A. Fortaleza - CE. Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Benefvides Águas S.A. ("Benefvides" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações

de janeiro de 2008, esses incentivos passaram a ser reconhecidos ao resultado do exercício e, posteriormente, destinados à conta específica de reserva de lucros. c.2) Legal. Em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.


14. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de vendas		
Venda de produtos	217.836	41.021
Revenda de produtos	296.564	59.992
	514.400	101.013
Deduções da receita bruta		
(-) Deduções e abatimentos de vendas de produtos e revendas	(3.330)	(801)
(-) Impostos sobre o faturamento	(69.338)	(19.262)
	(72.668)	(20.063)
Receita operacional líquida	441.732	80.950

15. Outros assuntos.

Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre "coisa julgada" em matéria tributária. Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgamento caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. A Companhia avaliou os efeitos reflexos dessa decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa à Companhia para a data base de 31 de dezembro de 2023 e continua monitorando a evolução do assunto. Reforma tributária. A Câmara dos Deputados aprovou a PEC da Reforma Tributária em dois turnos. Ela visa simplificar o atual sistema brasileiro e transformar cinco impostos em apenas dois: um calculado sobre o Valor Adicionado (IVA) e outro que seria o imposto seletivo (IS). Por 375 votos a favor, 113 contra e 3 abstenções, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019 foi aprovada no segundo turno em 7 de julho de 2023, e no momento está pendente de análise e votação no Senado Federal. A PEC 45/2019 apresenta uma profunda alteração no sistema constitucional tributário e reorganiza os tributos que incidem sobre o consumo que são relacionados a bens materiais e imateriais, bem como serviços em sentido amplo. Até o momento não houve discussão sobre o texto da lei complementar que deve discorrer sobre alíquotas e regras mais específicas relacionadas ao IVA (imposto sobre valor agregado) e IS (imposto seletivo). Sendo assim, até o presente momento, as alterações não representam impactos contábeis a serem reconhecidos pela Companhia, que seguirá monitorando as discussões e impactos. Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo Tributário das Subvenções para Investimento. Em 31 de agosto de 2023, o Governo Federal publicou a Medida Provisória ("MP") nº 1.185 no Diário Oficial da União, revogando o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014 e trazendo assim novas regras envolvendo as subvenções governamentais. A MP em questão trouxe uma série de mudanças e requerimentos que precisam ser atendidos para que sejam tomados os créditos tributários relacionados as subvenções e deve produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia está avaliando os impactos tributários da MP sobre suas subvenções concedidas.

Este documento esta firmado por

	<b>Firmante</b>	CN=DIARIOS DO PARA LTDA:04218335000131, O=ICP-Brasil, OU=AC SyngularID Multipla, OU=41367161000103, OU=Videoconferencia, C=BR
	<b>Fecha/Hora</b>	Fri Sep 20 16:57:55 BRT 2024
	<b>Emisor del Certificado</b>	CN=AC SyngularID Multipla, O=ICP-Brasil, OU=AC SyngularID, C=BR
	<b>Numero de Serie</b>	1042652008928646222117167
	<b>Metodo</b>	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.shal (Adobe Signature)
<b>Nota</b>	Certificado por DIARIO DO PARA e publicado em sua plataforma digital. Autenticidade pode ser verificada no QrCode ao lado ou no link: <a href="https://ee.dol.com.br/publicidadelegal">https://ee.dol.com.br/publicidadelegal</a>	